

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.308 - MT (2019/0209532-1)

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : ORESTES TEODORO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : MAURICIO MAGALHAES FARIA JUNIOR - MT009839  
MAURICIO MAGALHAES FARIA NETO - MT015436  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Orestes Teodoro de Oliveira** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado (fls. 117/118):

*RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DECISÃO QUE RECEBE A INICIAL E DETERMINA A CITAÇÃO DO RÉU – AUSÊNCIA DE DEFESA PRÉVIA – NULIDADE RELATIVA - NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO - NULIDADE NÃO RECONHECIDA – RECURSO DESPROVIDO.*

- 1. Ao analisar a ação de base (Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa), bem como a decisão agravada, verifica-se, realmente, a ausência de defesa prévia pelo Agravante, pois o Magistrado condutor do feito determinou a citação dos Requeridos, para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 17, §8º, da Lei nº 8.429/92.*
- 2. Nulidade relativa a qual não tem o condão de macular a decisão combatida, ante à ausência de prejuízo.*
- 3. Recurso de Agravo de Instrumento desprovido.*

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 17, § 7º, da Lei nº 8.429/1992, ante a ausência de notificação para que fosse apresentada manifestação em momento anterior ao recebimento da exordial da subjacente ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

Recebidos os autos nesta Corte, o Ministério Público Federal, em parecer ofertado pela Subprocuradora-Geral da República Sandra Cureau, opinou pelo não conhecimento do agravo (fls. 247/249).

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento perfilhado por este Superior Tribunal, no sentido de que, em observância ao princípio do *pas de nullité sans grief*, eventual nulidade por ausência de notificação prévia, prevista no art. 17, § 7º, da Lei nº 8.429/92, somente será declarada se houver a comprovação do efetivo prejuízo. Nessa linha de percepção, confirmam-se os seguintes julgados:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR. NULIDADE RELATIVA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. INVIABILIDADE.*

*SÚMULA 7/STJ. 1. Eventual descumprimento da fase preliminar da Lei de Improbidade Administrativa, que estabelece a notificação do acusado para apresentação de defesa prévia, não configura nulidade absoluta, mas nulidade relativa que depende da oportuna e efetiva comprovação de prejuízos. Precedentes.*

*2. O acórdão recorrido entendeu que não houve cerceamento de defesa decorrente da ausência de notificação para apresentação de defesa preliminar. 3. Na forma em que a alegação foi exposta e considerando os fundamentos do acórdão ora recorrido, é forçoso reconhecer que acolher a pretensão recursal exige o revolvimento do acervo probatório, inviável na via recursal eleita tendo em vista a incidência da Súmula 7/STJ.*

*4. Agravo interno não provido.*

**(AgInt no REsp 1.679.187/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 02/03/2018)**

*IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO REGIMENTAL. FALTA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. POSSIBILIDADE. INDISPONIBILIDADE E SEQUESTRO DE BENS. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. A jurisprudência do STJ está firmada no sentido de que a ausência de notificação prévia somente acarreta nulidade processual se houver comprovação de efetivo prejuízo, de acordo com a parêmia *pas de nullité sans grief*.*

*2. O acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ. 3. Agravo Regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1.336.055/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 14/08/2014)**

# Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. AUSÊNCIA. PREJUÍZO NÃO COMPROVADO. PRECEDENTES. APLICAÇÃO DA PENA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. A não observância da notificação prévia, em cumprimento ao artigo 17, parágrafo 7º, da Lei de Improbidade Administrativa, não gera nulidade dos atos processuais seguintes quando não demonstrado o efetivo prejuízo (REsp nº 1.184.973/MG, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, in DJe 21/10/2010 e REsp nº 1.174.721/SP, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, in DJe 29/6/2010).

2. Reconhecida no acórdão impugnado a prática de ato de improbidade administrativa, bem como fixada a sanção em observância ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, a alegação em sentido contrário, a motivar insurgência especial, requisita exame do acervo fáctico-probatório, vedado na instância especial.

3. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." (Súmula do STJ, Enunciado nº 7).

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.127.400/MG, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJe 18/02/2011)

Desse modo, incide o óbice da Súmula 83/STJ, segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."

Convém ressaltar, por fim, que, no caso, o Tribunal de origem afirmou expressamente que não restou demonstrado eventual prejuízo (fl. 119).

**ANTE O EXPOSTO, nego provimento** ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator